



## Iluminar os cantos escuros da má governança e da corrupção

[Christine Lagarde](#)

22 de abril de 2018



**As estratégias de combate à corrupção exigem reformas regulatórias e institucionais mais amplas (Kritchanut/iStock).**

A Diretoria Executiva do FMI acaba de endossar um novo quadro [LINK] para intensificar nosso envolvimento nas áreas de governança e corrupção nos nossos países membros. Quero explicar por que isso é importante e o que significa para nosso trabalho.

### **O custo da corrupção**

Todos sabemos que a corrupção arraigada é perniciosa para a economia, pois solapa a capacidade dos países de gerar um crescimento econômico inclusivo e sustentável.

Os resultados empíricos de um estudo que acabamos de publicar mostram que níveis elevados de corrupção estão associados a níveis consideravelmente menores de crescimento, investimento, IED e receitas tributárias. Baixar do percentil 50 para o 25

em um índice de corrupção ou governança implica uma queda de meio ponto percentual ou mais na taxa anual de crescimento do PIB per capita, bem como um recuo de 1½ a 2 pontos percentuais na razão entre investimento e PIB. Nossos resultados também mostram que a corrupção e a má governança estão associadas a um aumento da desigualdade e a uma queda do crescimento inclusivo.

Não é difícil entender essas constatações. Sabemos que a corrupção enfraquece a capacidade do governo de tributar e distorce os gastos, pois desvia recursos de investimentos valiosos em áreas como saúde, educação e energia renovável para projetos perdulários com ganhos de curto prazo. Sabemos que a corrupção funciona como um imposto sobre o investimento — ou algo ainda pior, devido à incerteza sobre a cobrança de suborno no futuro. Sabemos também que a corrupção faz com que os jovens invistam menos em qualificação e estudo; afinal, progredir não depende do *que* você sabe, mas sim de *quem* você conhece. Sabemos ainda que a corrupção lesa os pobres, prejudica as oportunidades econômicas e a mobilidade social, reduz a confiança nas instituições e destrói a coesão social. Ademais, a corrupção é um grande obstáculo para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

### **Intensificar nossa atuação**

Por tudo isso, é justificado e oportuno que o FMI intensifique sua atuação no combate à corrupção. É importante frisar que esse trabalho contra a corrupção será incorporado a nossas atividades gerais que promovem a boa governança em áreas cruciais como a gestão das finanças públicas, a supervisão do setor financeiro e o combate à lavagem de dinheiro.

Adotar esse foco mais amplo é essencial. As falhas na governança são prejudiciais em si mesmas, mas também abrem caminho para a corrupção generalizada. Para serem realmente eficazes, é preciso que as estratégias de combate à corrupção façam mais do que mandar pessoas para a cadeia. É preciso realizar reformas regulatórias e institucionais mais profundas. No fim das contas, a “cura” mais duradoura para a corrupção são instituições fortes, transparentes e responsáveis. Nas famosas palavras de Louis Brandeis, “dizem que a luz do sol é o melhor desinfetante; a luz elétrica, o policial mais eficiente”.

Essa abordagem mais ampla também tem um benefício adicional: como a corrupção tende a apresentar uma forte correlação com lapsos mais gerais na governança e costuma ser difícil de medir, podemos usar os pontos fracos da governança para ajudar a corroborar as avaliações sobre a corrupção.

É bom ressaltar que esse tópico não é novidade para nós. Nossa política de governança está em vigor desde 1997, e é uma boa política — nossas análises mostram que seus princípios são os corretos. Ela nos orienta a abordar as questões da governança e da

corrupção sempre que houver um impacto macroeconômico significativo. Ela nos insta a trabalhar com instituições parceiras (sobretudo o Banco Mundial) nas suas respectivas áreas de especialização e a não interferir na política nem em casos específicos de aplicação da lei.

No entanto, embora esses princípios sejam sensatos, nossas análises constataram que a implementação era desigual. Nem sempre aplicamos aos nossos países membros os mesmos padrões diante de ações semelhantes. Não raro, nossa análise carecia de clareza.

Mas isso vai mudar. Passamos a adotar um quadro que prevê uma atuação mais intensa nas áreas de governança e corrupção, com o objetivo de promover um envolvimento mais *sistemático, imparcial, eficaz e franco* com os países membros.

Como primeiro passo, estamos elaborando uma metodologia clara e transparente para avaliar a natureza e a gravidade dos pontos fracos da governança. Vamos examinar uma ampla gama de indicadores — a qualidade das instituições orçamentárias que cuidam da tributação e dos gastos; a solidez da supervisão do setor financeiro; a integridade dos bancos centrais; a transparência e a imparcialidade da regulação dos mercados; a previsibilidade dos aspectos do estado de direito vitais para a saúde econômica, sobretudo o cumprimento de contratos; e a adequação dos quadros para combater a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo. É claro que também avaliaremos diretamente a gravidade da corrupção.

O próximo passo será avaliar o impacto econômico das linhas de falha ligadas à governança e à corrupção que identificarmos e recomendar políticas específicas para cada país em resposta a cada uma. Cumpre notar que esses aspectos serão considerados a partir de uma perspectiva de mais longo prazo, uma vez que a má governança e a corrupção prejudicam a economia não apenas por meio de perturbações de curto prazo, mas também pela lenta deterioração das instituições. No âmbito dos nossos programas de financiamento, examinaremos se os problemas prejudicam a capacidade dos países de realizar suas reformas econômicas.

### **A corrupção do lado da oferta**

Há mais um elemento. É mais do que óbvio que, parafraseando Milton Friedman, a corrupção é sempre e em toda parte uma via de mão dupla. Para todo corrompido há um corruptor. E os recursos recebidos por meio da corrupção costumam ser escondidos fora do país — muitas vezes nos setores financeiros das grandes capitais. É bem possível que os países tenham as “mãos limpas” em casa, mas as “mãos sujas” no exterior.

Assim, para combater de fato a corrupção, precisamos abordar a facilitação de práticas corruptas por parte de agentes privados. Para tanto, vamos incentivar nossos países membros a se voluntariar para que seus quadros jurídicos e institucionais sejam avaliados pelo FMI — para verificar se criminalizam e processam o suborno vindo do exterior e se contam com mecanismos para impedir a lavagem e a ocultação de dinheiro sujo. É gratificante saber que nove países — todo o G-7 mais a Áustria e a República Checa — já aceitaram se submeter a essa avaliação. Trata-se de um importante voto de confiança no nosso novo quadro.

Agora que temos o pleno apoio dos nossos países membros, devemos nos voltar para a implementação. Esperamos ver mais avaliações e discussões sobre a governança e a corrupção nas nossas atividades de supervisão e nos nossos programas de financiamento. Iremos também intensificar a capacitação oferecida nessas áreas, a fim de ajudar os países a reforçar seus marcos regulatórios e instituições.

Nosso objetivo é sermos francos, rigorosos, transparentes e imparciais. Isso, por sua vez, nos dá mais credibilidade e nos permite fazer nosso trabalho de maneira ainda melhor.

Retomando a referência a Louis Brandeis, estou confiante de que nossa atuação intensificada fará pela governança e pelo combate à corrupção o que o investimento em tecnologia solar faz pelo meio ambiente: aproveitar toda a energia da luz do sol para posicionar a economia mundial em uma trajetória mais saudável e mais sustentável. Se tudo der certo, iluminaremos cada vez mais os cantos escuros onde a corrupção se esconde. Espero trabalhar em estreita cooperação com nossos países membros para transformar esses planos em realidade.

\*\*\*\*\*



**Christine Lagarde** é Diretora-Geral do Fundo Monetário Internacional. Após cumprir seu primeiro mandato de cinco anos, foi renomeada para um segundo mandato em julho de 2016. Cidadã francesa, foi Ministra das Finanças da França de junho de 2007 a julho de 2011, tendo servido também como Ministra de Estado de Comércio Exterior por dois anos.

Christine Lagarde teve uma extensa e notável carreira como advogada especializada em direito concorrencial e trabalhista. Foi sócia do escritório de advocacia internacional Baker & McKenzie, do qual foi eleita presidente em outubro de 1999. Ocupou o cargo máximo do escritório até junho de 2005, quando foi indicada para sua primeira pasta ministerial na França. É formada pelo Instituto de Ciências Políticas (IEP) e pela Faculdade de Direito da Universidade Paris X, onde lecionou antes de ingressar no Baker & McKenzie em 1981.